


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua dos Libaneses, nº 1998, Carmo, Araraquara/SP, CEP 14801-425

Fone (16) 3336-1888, Ramais 210/211 - E-mail: araraq1fam@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: 12h30min às 19h00min
SENTENÇA + ALVARÁ

Processo nº: 1014348-65.2018.8.26.0037 - Nº de Ordem: 2018/002626
 Classe - Assunto: Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor
 Requerente: Lucimara Aparecida Jellmayer Menegasso
 Autor de herança: Ademir Jellmayer

Juiz de Direito: Dr. Ivan Rodrigues de Andrade
VISTOS.

Concedo os benefícios da AJG.

Cuida-se de pedido de autorização judicial para resgate de PIS e FGTS depositado na Caixa Econômica Federal, de titularidade de pessoa falecida.

Não consta interesse de incapazes e pela natureza do crédito não há interesse fazendário, na forma da legislação estadual.

Não há registro de dependentes habilitados para fins previdenciários, fls.17.

É como relato.

DECIDO.

O pedido é de pouca complexidade e pode ser conhecido e decidido de imediato, na forma postulada na exordial, preservados eventuais direitos de terceiros não conhecidos, máxime diante do art. 5º da LINDB cc o art. 8º do CPC.

ANTE O EXPOSTO,

defiro o pedido inicial.

 Faço-o para autorizar o espólio de Ademir Jellmayer, RG 13.866.710, PIS 106.71153.73-8, cujo óbito ocorreu em 28/janeiro/2015, representado pela requerente Lucimara Aparecida Jellmayer Menegasso, RG 30.843.794-9, CPF 251.915.688-00, a proceder, junto à Caixa Econômica Federal, ao levantamento integral do PIS/FGTS e eventual ABONO SALARIAL, desde que disponível para saque e desde que efetivamente de titularidade da pessoa falecida.

A considerar a consensualidade do pleito e a preclusão lógica do direito de recorrer (art. 1.000 do CPC), o trânsito em julgado desta decisão se opera de imediato e independentemente de renúncia expressa dos interessados e de certidão cartorária a respeito.

Arbitro honorários à ilustre Advogada de fl.08 nos termos do convênio OAB/DP.

Esta sentença tem valor de alvará e será impressa pelo interessado diretamente na internet, no site www.tjsp.jus.br.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Intimem-se.

SERVIRÁ ESTA SENTENÇA, POR CÓPIA, COMO ALVARÁ
PRAZO DE VALIDADE: 180 DIAS

Araraquara, 30 de novembro de 2018.